



A teoria “anarco”capitalista segundo artigos publicados no *site* do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e a noção “libertária” de anarquismo¹

The “anarcho”capitalist theory from the articles published at the Ludwig von Mises Brazil Institute’s *site* and the “libertarian” notion of anarchism

Raphael Almeida Dal Pai

Mestrado em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
raphael.adp@gmail.com

Recebido em: 11/07/2018

Aprovado em: 17/09/2018

Resumo: o presente artigo busca apresentar a teoria “anarco”capitalista com base em artigos publicados pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e sua(s) interpretação(ões) sobre anarquismo. Para tanto, parte-se dos textos reunidos no *link* denominado “Seção anarcocapitalismo”, no *site* do IMB. Grosso modo, os autoproclamados “libertários” defendem um ideal de sociedade no qual todas as relações humanas sejam reguladas pelo “livre mercado”. Pressupondo uma idílica sociedade sem Estado, a teoria “anarco”capitalista consistiria em uma organização social em que as “forças do mercado” se desenvolveriam sem nenhuma amarra. Portanto, procura-se evidenciar que o uso do termo “anarco”, bem como o de “libertário”, não passa de uma falácia; uma vez que o pensamento anarquista é essencialmente anticapitalista. Destarte, o principal expoente do “anarco”capitalismo, Murray Rothbard, não relaciona o uso da palavra “libertário” com a tradição anarquista.

Palavras-chave: Anarquismo, Anarcocapitalismo, Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Abstract: the present article seeks to present the “anarcho”-capitalist theory from the articles published by the Ludwig von Mises Institute Brazil and its interpretation(s) on anarchism. To do so, the analysis lays on the texts gathered in the link denominated “Seção anarcocapitalismo” in the site of the IMB. Roughly speaking, the self-proclaimed “libertarians” advocate an ideal of society where all human relations are regulated by the “free market.” Assuming an idyllic stateless society, the “anarcho”-capitalist theory, would consist of a social organization where “market forces” would unfold without any tie. Therefore, it is tried to evidence that the use of the term “anarcho”, as well as “libertarian”, is nothing but a fallacy; once anarchist thinking is essentially anti-capitalist. Thus, the leading exponent of “anarcho”-capitalism, Murray Rothbard, does not relate the use of the word “libertarian” to the anarchist tradition.

¹ Este artigo dialoga com a dissertação de mestrado do autor, defendida em 2017 na UNIOESTE. DAL PAI, Rapahel Almeida. *Instituto Ludwig Von Mises Brasil: os arautores do anarcocapitalismo*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.



Keywords: Anarchism, Anarcho-capitalism, Ludwig von Mises Brazil Institute.

Introdução

Surgido em 2007, no contexto de crise financeira iniciada nos EUA, o Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) tem como referência os intelectuais da chamada Escola Austríaca de Economia (EAE), procurando apresentar como alternativa, ante o crescimento das contradições inerentes ao capital, um projeto de sociedade no qual todas as dimensões das relações sociais sejam reguladas pelo livre mercado. Caracterizando esse projeto de “anarco”capitalismo, o IMB visa formar quadros entre a sociedade civil e somar forças com outros *think tanks*², fora e dentro do Brasil, para a promoção de seu ideal tido como “libertário”.

Para a efetivação de seus objetivos, os intelectuais e membros do IMB reivindicam para si a tradição da Escola Austríaca de Economia, dando ao “anarco”capitalismo um tom de cientificidade e infalibilidade ora ancorados na “sólida” tradição dessa escola, ora apresentando a perspectiva “libertária” e suas soluções para os mais variados problemas do sistema capitalista.

Nesse sentido, o IMB procura apresentar o capitalismo como única alternativa, apregoando que o mesmo nunca foi implementado de forma plena, pura, ideal e completa devido à subversão de sua natureza, fruto da ação e da existência do Estado, tido como uma empresa monopolista e regulamentadora das relações sociais.

No texto que segue, busca-se analisar a teoria “anarco”capitalista partindo-se das publicações no *site* do IMB. Como forma de facilitar a localização dos artigos relevantes, utilizou-se o *link* disponibilizado pelo próprio Instituto, denominado “Seção anarcocapitalismo”, no qual estão reunidas as publicações que membros do IMB julgam mais relevantes para a compreensão do tema.

O “anarco”capitalismo segundo seus arautos

No artigo *O que significa ser um anarcocapitalista?*, Stephan Kinsella³ inicia escrevendo que para ser um anarquista não seria necessário acreditar na viabilidade do anarquismo ou mesmo segui-lo como ideal “utópico”:

² Em linhas gerais, é possível definir os *think tanks* como aparelhos privados de hegemonia que atuam como criadores e disseminadores de opinião sobre interesses públicos. De acordo com Moraes (2015) “eles existem para modelar as condições de possibilidade e de visibilidade das políticas. Para construir, nas mentes e nos corações dos indivíduos, aquilo que devem considerar crível e factível. Portanto, seu objetivo “é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências” (MORAES, 2015, p. 232).

³ É advogado em Houston, Texas. Segundo biografia disponível em seu *site*, Kinsella “atua na área de patentes, escritor e orador “libertário”, diretor do *Center for the Study of Innovative Freedom* [<http://c4sif.org/>], fundador e Editor Executivo do *Libertarian Papers* [<http://libertarianpapers.org/>]. (Traduzido de: Stephan Kinsella is a practicing



Ser um anarquista não significa pensar que a anarquia vai “funcionar” (seja lá o que isso signifique); também não significa predizer que a anarquia irá ou “poderá” ser alcançada — afinal, é perfeitamente possível ser um anarquista pessimista. *Ser um anarquista significa apenas acreditar que a agressão não é justificável, e que o estado necessariamente faz uso da agressão.* E, portanto, o estado, e a agressão que ele utiliza, não são justificáveis. É algo bem simples, realmente. *Trata-se de uma visão ética* — por isso, não é surpresa que confunda os utilitaristas [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

De fato, o anarquismo possui várias correntes de pensamento, e em seus pontos em comum é possível encontrar a crítica à qualquer forma de autoridade. Nesse sentido, até pode-se creditar ao anarquismo um foco na liberdade individual contra formas de controlar o indivíduo. Caio Túlio Costa (2004) demonstra que os anarquistas possuem uma aversão particular ao Estado:

O ódio visceral de todos os anarquistas é contra este leviatã da sociedade moderna, este organismo imenso e todo-poderoso, a síntese de autoridade e da centralização, a espada de Dâmocles que, pendida sobre a cabeça de cada cidadão, foi paulatinamente conquistando o poder político, econômico e social: o Estado (COSTA, 2004, p. 16 – 17).

No entanto, dentro da tradição libertária o “anarco”capitalismo nem mesmo é tratado como uma corrente do anarquismo (COSTA, 2004; MCKAY, 2008; CARONE, 1995). Afinal, a pauta defendida pelos primeiros intelectuais libertários era a emancipação dos trabalhadores, e não a do capital e dos capitalistas. Outra questão que parte do pensamento libertário diz respeito à ação. Costa compreende esta como ponto coronário do pensamento anarquista: “cada anarquista lutou a seu modo, agindo diretamente. Isto quer dizer simplesmente aceitar a responsabilidade com todas as consequências, sem delegá-la a um terceiro” (COSTA, 2004, p. 20). Portanto, de certa forma se trata de um posicionamento de natureza ética do anarquismo, mas cabe novamente frisar: dentro do pensamento libertário, sempre foi clara a identificação ideológica de classe. As correntes anarquistas tinham como objetivo, desde suas origens, a emancipação do dominado e não reforçar a dominação burguesa:

Desde os primeiros tempos da Internacional dos Trabalhadores os anarquistas afirmam que todos já estão organizados desde cima pelos senhores, pelos capitalistas, pelo Estado, pelos burocratas, enfim. Os homens, os trabalhadores estão unidos e reunidos na empresa, nos bairros, no trabalho. A luta proposta é no sentido de que o trabalhador subverta esta relação organizando ele mesmo a sua vida, as suas ocupações, a sua organização dentro de sua empresa e de sua comunidade (COSTA, 2004, p. 20 – 21).

patent attorney, a libertarian writer and speaker, Director of the Center for the Study of Innovative Freedom (C4SIF), and Founding and Executive Editor of Libertarian Papers.). Extraído de: <http://www.stephankinsella.com/>. Acesso em: 26 abr. 2016.



Nota-se, a partir do trecho acima, que Costa identifica o anarquismo como ligado à organização da classe trabalhadora. Apesar de nem mesmo citar a existência do “anarco”capitalismo, ele define o espaço de atuação daqueles que assumiam posições libertárias. Iain McKay (2008), ao tratar especificamente do “anarco”capitalismo, aponta que o anarquismo sempre foi anticapitalista. Portanto, não considera os chamados “libertários” como um ramo do anarquismo:

Anarquistas sempre foram anticapitalistas e qualquer ‘anarquista’ que reivindique o contrário não pode fazer parte da tradição anarquista. É importante frisar que *a oposição anarquista aos assim chamados capitalistas ‘anarquistas’ não se refere a algum tipo de debate dentro do anarquismo, por mais que estes procurem fingir, mas sim a um debate entre o anarquismo e seu antigo inimigo, o capitalismo* [grifos nossos] (MCKAY, 2008, p. 1189).

McKay define claramente que o “libertarianismo” não faz parte da tradição anarquista. Justamente pelo fato de, histórica e teoricamente, a defesa do livre mercado e de uma sociedade totalmente entregue às relações capitalistas de produção nunca terem sido defendidas por intelectuais e militantes anarquistas. Afinal, o capitalismo é situado em lado oposto ao do anarquismo. Esse autor ainda afirma que defender as relações sociais capitalistas é aceitar uma forma de autoritarismo:

Esta apropriação do termo ‘libertário’ pela direita não apenas causou confusão, mas também protestos conforme os anarquistas tentaram ressaltar o óbvio, que o capitalismo nomeadamente é marcado por relações sociais autoritárias e, portanto, existem boas razões para o anarquismo ser um movimento e teoria sócio-política [sic] fundamentalmente anticapitalista (MCKAY, 2008, p. 1189)⁴.

Como o próprio autor afirma em linhas posteriores, o não reconhecimento do “anarco”capitalismo como parte da tradição anarquista é muito importante no sentido de qualificar o termo (MCKAY, 2008, p. 1190). Afinal, o reconhecimento – ou a falta dele – pelos seus supostos pares é significativo. Adicionado a isto, o fato de desconsiderar a opinião daqueles identificados com o anarquismo implica em atribuir aos mesmos uma noção de “falsa consciência” em que seria preciso o “crivo” do conhecimento acadêmico sobre anarquismo para então os sujeitos adequarem suas práticas a uma teoria pré-estabelecida⁵.

⁴ Traduzido de: This appropriation of the term “libertarian” by the right not only has bred confusion, but also protest as anarchists have tried to point out the obvious, namely that capitalism is marked by authoritarian social relationships and so there are good reasons for anarchism being a fundamentally anti-capitalist socio-political theory and movement.). Ibidem.

⁵ De forma contrária, pelo lado dos “libertários” existem tentativas de revisionismo histórico no sentido de qualificar historicamente o anarcocapitalismo, procurando adequar uma prática contemporânea deslocada do anarquismo a movimentos populares históricos. O *Mises Institute* dispõe de alguns materiais, procurando atribuir ao movimento dos *Levellers* da Inglaterra do século XVII uma identidade “libertária”. Dentre estes, destacam-se dois: MODUGNO, Roberta A. **England’s Levellers: the world’s first libertarian movement. [Os Levellers da Inglaterra: o**



Para além da forma de caracterização do anarquismo, Kinsella em seu texto frequentemente compara o socialismo à ação e mentalidade criminosa. Ao compreender a ação do Estado como criminosa, o advogado “libertário” entende que seus defensores também estariam aceitando esta criminalidade:

Os Estados sempre tributam seus cidadãos, o que é uma forma clara de agressão. Os estados sempre proíbem a concorrência de agências de defesa, garantindo para si o monopólio da segurança — o que também equivale a uma agressão. [...] *socialistas e criminosos também creem que a agressão é justificável.* Criminosos, socialistas e antianarquistas ainda precisam mostrar como a agressão — a iniciação de força contra vítimas inocentes — pode ser justificada [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

Vale observar uma vez mais a falta de compreensão do autor com relação aos conceitos utilizados. Sua afirmação de que socialistas consideram a “agressão do Estado” como algo justificável, parte de um entendimento equivocado sobre o significado de socialismo enquanto projeto de sociedade. Em linhas muito gerais, significaria um projeto de sociedade sem classes sociais e sem Estado. Daí a proximidade entre anarquistas e comunistas.

O anarquismo, tendo como referência Mikhail Bakunin, prega a dissolução do Estado como ação direta, portanto os trabalhadores se organizariam para derrubar o Estado. Daí o entendimento dos anarquistas de não disputarem a participação no Estado por meio de partidos políticos. Já de acordo com o comunismo, o socialismo seria atingido pela tomada do Estado pelos trabalhadores. Uma vez tomado o Estado, sua existência deixaria de ser necessária, pois o mesmo é um instrumento de dominação burguesa tanto pelo monopólio da “violência legítima” – ou a coerção (física e “simbólica”) como Gramsci estabelece – quanto pela produção de consenso, transformando os anseios particulares da classe dominante em pautas de todo o conjunto social.

Obviamente, essas afirmações não dão conta de esgotar o significado de socialismo e as formas de ação do anarquismo e comunismo, sendo esta uma discussão de extrema profundidade. Este nem mesmo é o objetivo. O que se procura demonstrar com esta explanação breve e introdutória é que o advogado “libertário”, ao considerar o pensamento socialista preconizando a defesa do Estado, apresenta uma meia verdade.

primeiro movimento “libertário” do mundo] Disponível em: <https://mises.org/library/englands-levellers-worlds-first-libertarian-movement>; WATNER, Carl. “Come what, come will!” Richard Overton, libertarian Leveller. **The Journal of Libertarian Studies**. Auburn, v. 4, n. 4, p. 405 – 432, 1980. Disponível em: <https://mises.org/library/come-what-come-will-richard-overton-libertarian-leveller>. Ambos acessados em 01 mai. 2016.



A defesa do Estado pela esquerda parte de uma ação relacionada com uma conjuntura de perda de direitos conquistados pelos trabalhadores. Ou seja, não se trata do fim último do socialismo: a estatização de toda propriedade privada. A defesa do Estado procura garantir as posições alcançadas na tentativa de tomada do mesmo. As conquistas obtidas pelos trabalhadores são “pontos de infiltração” na estrutura de dominação burguesa. Nessa perspectiva, a posição assumida pelo chamado “socialismo” é defensiva, algo como a chamada “guerra de posição”, de Gramsci (2001).

Se associar socialismo a crime, como feito seguidamente pelo advogado “libertário”, é um ato consciente ou não, é praticamente impossível de ser confirmado. Todavia, o efeito produzido nas duas situações é o mesmo: ao frequentemente estabelecer essa comparação, Kinsella incute criminalização, não apenas a qualquer ação em defesa do Estado – haja vista que este é tido como um ente criminoso, logo qualquer forma de justificar seus atos seria interpretado como cumplicidade – mas também considerando o socialismo como uma “ideologia estatal”, confere a este um *status* de mentalidade criminal:

Outras respostas utilitárias como ‘mas precisamos do Estado’ não refutam a afirmação de que o estado emprega agressões e que a agressão é algo injustificável. Essas respostas significam simplesmente que o defensor do Estado não se importa com a iniciação de força contra vítimas inocentes — isto é, ele compartilha da mentalidade criminoso/socialista. O criminoso pensa que as suas necessidades são a única coisa que importa; ele está disposto a usar de violência para satisfazê-las; ele não dá a mínima para o certo e o errado. O defensor do estado crê que a sua opinião de que ‘nós’ ‘precisamos’ de certas coisas justifica os atos de violência contra indivíduos inocentes. A mentalidade é exatamente essa; tão simples quanto parece [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

O trecho torna muito clara a tentativa de igualar socialismo a crime, inclusive enfatiza que não há nenhuma complicação com a afirmação acima. No parágrafo seguinte, ressalta uma vez mais esta associação: “Assim como existem criminosos e socialistas entre nós, não é surpresa alguma que exista um grau de propensão à criminalidade na maioria das pessoas”. No entanto, o autor, ao classificar socialismo como um movimento político e teórico em defesa do Estado, demonstra amplo desconhecimento da complexidade que envolve o socialismo e sua crítica ao Estado, reduzindo a própria crítica a parâmetros ideológicos.

Sobre a pergunta feita a partir do título do texto (*O que significa ser um anarcocapitalista?*), com base nas palavras de Kinsella, é possível reunir algumas respostas: ser um “anarco”capitalista não significaria acreditar na possibilidade de uma sociedade sem Estado. Para o autor, o cerne do pensamento “libertário” seria considerar as agressões cometidas pelo Estado (cobrança de impostos e monopólio da segurança, por exemplo) como injustificáveis. Relembrando as palavras



do advogado “libertário” sobre a violência das ações estatais: “Os Estados sempre tributam seus cidadãos, o que é uma forma clara de agressão. Os Estados sempre proíbem a concorrência de agências de defesa, garantindo para si o monopólio da segurança — o que também equivale a uma agressão” (KINSELLA, 2009).

É curioso perceber que ao se considerar o Estado como violento não há um detalhamento das ações do mesmo em respeito à repressão (desde ações para conter movimentos sociais até atos criminais, por exemplo), mas sim ao monopólio dessa repressão. Ou seja, sua violência não reside na forma como o aparato repressivo do Estado opera, mas pelo fato de não permitir às pessoas que lidem com isso da forma que acharem mais adequada (porte de arma e contrato de polícia privada, por exemplo).

Como segunda conclusão, Kinsella, apesar de não considerar esta como uma característica do anarcocapitalismo, direciona o leitor a compreender que, para os “libertários”, ser socialista equivale a ser criminoso. Como já ressaltado, tal ponto levantado recorrentemente no texto, demonstra franca incompreensão do que é socialismo e anarquismo por parte do autor. Sobre o anarquismo, isto fica ainda mais evidente ao tratar dos “libertários clássicos”: “Parece-me que os *libertários clássicos (os minarquistas)* cometeram um erro terrível. Eles selecionaram a mais importante das instituições — a saber, a proteção dos nossos direitos — e deram-na ao monopolista” [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

Ao considerar a minarquia – entendida como a defesa do Estado mínimo – enquanto pertencente à tradição libertária clássica, Kinsella demonstra profundo desconhecimento sobre a história do anarquismo, além do seu significado. Afinal, os autores clássicos do movimento anarquista (Bakunin, Kropotkin e mesmo Proudhon, por exemplo) não defendiam a existência de um Estado mínimo. Defender a existência do Estado, condicionada à manutenção de questões essenciais em que não caberia à iniciativa privada, ou apenas para a garantia das liberdades individuais, não condiz com o pensamento anarquista.

O IMB publicou mais um texto na Seção sobre anarquismo, desta vez de autoria de Rothbard (2008). Nele, o “libertário” estadunidense procura estabelecer o tipo de anarquismo ao qual os “libertários” – como ele – se vinculam. Para tanto, o autor inicia detalhando a origem do movimento anarquista e sua interpretação sobre o que chama de “anarquismo de esquerda”. Em suas palavras:

O anarquismo surgiu no século XIX e, desde então, a mais ativa e dominante doutrina anarquista tem sido o “anarquismo comunista”. Essa é apenas uma das definições de uma doutrina que também já foi denominada de “anarquismo



coletivista”, “anarco-sindicalismo”, e “comunismo libertário”. Podemos chamar esse conjunto de doutrinas associadas de “anarquismo de esquerda”. O comunismo anarquista é primordialmente de origem russa, forjada pelo príncipe Peter Kropotkin e por Michael Bakunin, e é essa forma que deu as conotações do “anarquismo” por todo o continente europeu (ROTHBARD, 2008).

A definição de Rothbard sobre anarquismo apresenta complicações. Existe um consenso sobre a existência de várias correntes no interior do movimento libertário, porém Rothbard começa descrevendo uma corrente e a confunde com outras. De acordo com Carone (1995), existiriam seis principais correntes do anarquismo: 1) individualismo, sendo Max Stirner considerado o principal autor; 2) mutualismo, de 1840 a 1850, tendo Joseph Pierre Proudhon como teórico mais proeminente; 3) coletivismo autoritário, surgido na época da I Internacional, idealizado por Mikhail Bakounin; 4) comunismo libertário, entre 1880 e 1890, tendo como representantes P. Kropotkine, Enrico Malatesta, Carlos Cafiero, Carlo Pisacane e Jean Grave; 5) chamada por Carone apenas como corrente da violência, surgida entre uma onda de atentados de 1891 na Europa, que teria como principal figura Ravachol; e por fim, 6) o anarco-sindicalismo, surgido a partir também dos anos 1890 (CARONE, 1995, p. 109 – 112).

Costa, além de citar algumas das correntes anteriormente mencionadas, confere destaque ao anarquismo cristão, nome usado para categorizar os partidários do escritor Tolstoi (COSTA, 2004, p. 15). Para o jornalista, “os outros anarquismos, comunitários, coletivistas, comunistas etc., desembocaram no anarco-sindicalismo”, considerado por ele “a expressão mais forte e massiva que encontrou o anarquismo em geral” (COSTA, 2004, p. 26).

Já McKay (2008) trata do assunto de forma um pouco mais complexa. Primeiramente, o autor categoriza as várias correntes existentes em dois grupos: individualistas e social anarquistas (MCKAY, 2008, p. 58). Para ele, “dos dois, social anarquistas (comunismo libertário, anarco-sindicalismo e outros) sempre tiveram a vasta maioria, enquanto o anarquismo individualista se restringiu em grande parte aos Estados Unidos”⁶. Tendo como ponto em comum a oposição ao Estado e ao capitalismo, suas divergências se centram sobre a natureza de uma sociedade livre e os meios para alcançá-la (MCKAY, 2008, p. 58 – 59).

Dentro do chamado anarquismo social, McKay afirma existir quatro tendências principais: mutualismo, coletivismo, comunismo e sindicalismo. O autor ressalva também que a diferença entre eles não é grande, sendo de ordem estratégica (MCKAY, 2008, p. 63). Ao tratar o anarco-sindicalismo como uma corrente, McKay frisa que o mesmo, ao contrário das outras tendências

⁶ Traduzido de: “Of the two, social anarchists (communist-anarchists, anarcho-syndicalists and so on) have always been the vast majority, with individualist anarchism being restricted mostly to the United States”. Ibidem.



por ele enumeradas, não possui um “nome” associado à corrente. Em suas palavras, ao contrário das demais correntes do anarquismo social:

Sindicalismo é um tanto diferente, como é muito mais um produto dos trabalhadores em luta do que de um nome ‘famoso’ (embora isto não impeça acadêmicos de chamarem George Sorel de o pai do sindicalismo, mesmo que tenha escrito sobre um movimento sindicalista que já existia. O conceito de que as pessoas da classe trabalhadora podem desenvolver suas próprias ideias, geralmente se perde neles). Entretanto, Rudolf Rocker é frequentemente considerado o principal teórico anarco-sindicalista [sic] e os trabalhos de Fernand Pelloutier e Emile Pouget são leituras essenciais para se entender o anarco-sindicalismo (MCKAY, 2008, p. 65)⁷.

McKay não assere como um estudioso ou pesquisador do movimento anarquista, mas sim como membro dele. Segundo o autor, a obra teria sido inicialmente concebida com a intenção de poupar anarquistas de precisarem frisar os mesmos pontos contra alegações de que “anarco”capitalismo é uma forma de anarquismo. Porém, se decidiu tratar sobre o movimento anarquista, e não apenas de o porquê o mesmo ser anticapitalista (MCKAY, 2008, p. 07). Dadas as motivações envolvidas na criação da obra, bem como o conteúdo extremamente extenso sobre o movimento anarquista – e o “anarco”capitalista – nota-se sua importância e validade sobre o assunto. Mesmo não sendo um trabalho acadêmico, o autor mostra vasto conhecimento e rigor científico ao se observar a quantidade de obras citadas ao longo das páginas.

Como demonstrado pela breve explanação dos autores citados nos parágrafos anteriores, Rothbard comete sérios equívocos ao interpretar a doutrina – ou várias doutrinas, como o próprio “libertário” estadunidense contraditoriamente escreve – do chamado “anarquismo de esquerda”. Após apresentar um detalhamento de sua interpretação sobre o pensamento do “anarquismo de esquerda”, Rothbard admite que os “libertários” não pertencem ao mesmo bloco:

Considerando que esses anarquistas [de esquerda] são os tipos predominantes, é óbvio que a pergunta “os libertários são anarquistas?”, deve ser respondida com um não resolutivo. *Estamos em polos completamente opostos*. Entretanto, a confusão ocorre por causa da existência, no passado, particularmente nos EUA, de um pequeno, porém brilhante, grupo de “anarquistas individualistas” liderados por Benjamin R. Tucker. Agora estamos falando de uma classe diferente. Os anarquistas individualistas fizeram grandes contribuições para o pensamento libertário [grifos nossos] (ROTHBARD, 2008).

⁷ Traduzido de: “Syndicalism is somewhat different, as it was far more the product of workers in struggle than work of a ‘famous’ name (although this does not stop academics calling George Sorel the father of syndicalism, even though he wrote about a syndicalist movement that already existed. The idea that working class people can develop their own ideas, by themselves, is usually lost on them). However, Rudolf Rocker is often considered a leading anarcho-syndicalist theorist and the works of Fernand Pelloutier and Emile Pouget are essential reading to understand anarcho-syndicalism”.



Rothbard afirma completa oposição com a tradição libertária (compreendida por ele como “de esquerda”). Mais adiante, o “libertário” estadunidense procede escrevendo sobre as principais ideias defendidas pelos individualistas, afirmando que os mesmos eram favoráveis à propriedade privada e à livre concorrência:

Na esfera política, os anarquistas individualistas eram, em geral, sólidos libertários. Eles defendiam a propriedade privada, louvavam a livre concorrência, e se opunham à todas as formas de intervenção governamental. Já politicamente, esses anarquistas ao estilo Tucker tinham dois defeitos fundamentais: (1) eles não defenderam a posse privada da terra além daquela parte que o proprietário usava pessoalmente; (2) eles confiavam muito nos júris e, assim, foram incapazes de perceber a necessidade de um corpo de leis constitucionais libertárias as quais os tribunais privados teriam que defender (ROTHBARD, 2008).

De fato, na obra *State socialism and anarchism* [Socialismo de Estado e Anarquismo], de Benjamin Tucker (1911), é possível perceber de forma clara a posição do autor no sentido de exaltar as vantagens do livre mercado. Porém, isto não o faz um intelectual “libertário” nos termos defendidos pelos “anarco”capitalistas; Tucker condena o monopólio do dinheiro, entre outros, garantidos pelo Estado a certos indivíduos. Nisto, o autor ainda ressalta o fato de que o Estado garante a concentração de capital nas mãos de poucos.

Ao escrever sobre as diferenças entre o “social-anarquismo” e o “anarco-individualismo”, McKay afirma que, apesar da defesa de um sistema anarquista orientado pelo mercado, os individualistas não enxergam o capitalismo como um sistema baseado em um livre mercado:

Eles argumentam que o capitalismo não é, de fato, um livre mercado verdadeiro. Ao contrário, pelos meios do Estado, os capitalistas teriam amortecido o mercado para criar e proteger seus poderes econômicos e sociais (disciplina de mercado para a classe trabalhadora, auxílio do Estado para a classe dominante em outras palavras). Estes Estados criaram monopólios (do dinheiro, terra, tarifas e patentes) e execução estatal dos direitos de propriedade capitalistas, que são a fonte de desigualdade econômica e exploração (MCKAY, 2008, p. 60)⁸.

De acordo com McKay, é possível observar com clareza o viés anticapitalista no pensamento de Tucker. Nas considerações de Rothbard, a relação com o “anarco-individualismo” também não é completa, evidenciado no trecho anterior e quando o “libertário” estadunidense comenta sobre o pensamento econômico de Tucker e dos demais individualistas:

⁸ Traduzido de: “They argue that capitalism is not, in fact, a truly free market. Rather, by means of the state, capitalists have placed fetters on the market to create and protect their economic and social power (market discipline for the working class, state aid for the ruling class in other words). These states created monopolies (of money, land tariffs and patents) and state enforcement of capitalist property rights are the source of economic inequality and exploitation”.



As falácias econômicas dos seguidores de Tucker, no entanto, são de uma ordem completamente diferente daquela dos anarquistas coletivistas. Os erros dos coletivistas os levaram a praticamente advogar o comunismo, *ao passo que os erros econômicos dos individualistas ainda os permitiram advogar um sistema quase libertário*. Uma análise mais superficial pode facilmente levar a uma confusão entre os dois sistemas, porque *os individualistas foram levados a atacar os ‘capitalistas’, os quais eles pensaram estar explorando os trabalhadores* através da restrição da oferta monetária praticada pelo estado (ROTHBARD, 2008).

Rothbard admite que os individualistas eram contra os capitalistas. Apesar de não lhes atribuir uma posição anticapitalista clara, o “libertário” estadunidense acaba deixando a questão sem uma resolução precisa. Afinal, se os anarquistas individualistas eram, de fato, contra a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, bem como contra o monopólio do dinheiro dos últimos com a ajuda do Estado, pode-se partir da premissa de que esta corrente do anarquismo era anticapitalista sim, pois critica uma das principais características do mesmo: a concentração da riqueza nas mãos de poucos e a sua tendência natural de formação de cartéis e monopólios.

Ironicamente, é Rothbard que inclusive coloca um “ponto final” na questão do “anarco”capitalismo ser de fato uma corrente do movimento anarquista. Para o autor, o termo anarquismo causa muita confusão:

A imprecisão do termo é tal que o sistema libertário seria considerado anarquista por algumas pessoas e anarquista⁹ por outras. Por isso, devemos recorrer à história em busca de iluminação; e aí descobriremos que nenhum dos declarados grupos anarquistas corresponde a uma posição libertária, e que mesmo os melhores deles têm elementos irrealistas e socialistas em suas doutrinas. Além disso, descobriremos que todos os atuais anarquistas são coletivistas irracionais, estando portanto em pólos opostos aos nossos. Assim, *devemos concluir que nós não somos anarquistas, e que aqueles que nos chamam de anarquistas não se baseiam em uma etimologia séria, e estão historicamente errados* [grifos nossos] (ROTHBARD, 2008).

Além de deixar claro o equívoco de considerar o “anarco”capitalismo como parte da tradição libertária, Rothbard ainda afirma que considerar os “libertários” anarquistas é falta de seriedade e um erro histórico. Ou seja, o próprio autor nega qualquer ligação pretensamente histórica entre o anarquismo e o chamado “anarco”capitalismo. Tal afirmação é de extrema importância. Afinal, Murray Rothbard é tido como o principal idealizador de toda a teoria “libertária”. E também por expor ao ridículo teóricos – muitos deles reivindicam a EAE – “anarco”capitalistas que se consideram parte da tradição anarquista, procurando inclusive distorcer o conhecimento histórico na tentativa de tornar a teoria “libertária” um movimento

⁹ Mais adiante no texto, Rothbard define anarquismo como sendo a defesa de “uma autoridade central tirânica que irá coagir tanto os não-agressores como os agressores”. (ROTHBARD, 2008)



historicamente revolucionário. Nota-se que o próprio uso do sufixo “anarco” causa confusão entre os “libertários” – bem como o uso deste termo.

Conclusão

Procurou-se evidenciar que o termo “anarco”capitalismo não é reivindicado de forma consensual entre os “libertários”. Alguns intelectuais procuram atribuir a ele uma historicidade próxima à tradição anarquista (HOPPE, 2010; DE SOTO, 2010), enquanto outros afirmam que relacionar o movimento “libertário” com Anarquismo é um erro histórico (ROTHBARD, 2008).

Uma distinção digna de nota entre o movimento anarquista e o “anarco”capitalista está no campo da ação. Enquanto as vertentes legítimas do Anarquismo pressupõem a ação direta contra o capital e o Estado, bem como contra quaisquer relações de dominação de classe, os “libertários” confiam a efetivação de seus ideais no “poder das ideias”.

No entanto, o principal ponto que expõe a oposição do “anarco”capitalismo com o Anarquismo se trata da manutenção do modo de produção capitalista. Todas as vertentes da tradição anarquista têm como entendimento comum a necessidade da destruição do capitalismo para o alcance da liberdade e da igualdade entre os seres humanos. A defesa do livre mercado em um estado “natural” idealizado não é capaz de alcançar liberdade, pois não rompe com as relações autoritárias inerentes ao capitalismo. Os “libertários” querem libertar o capitalismo do Estado, dando assim origem a uma forma de organização social baseada exclusivamente na “cooperação voluntária” (a “mão invisível” de Adam Smith).

Desprendido de sentido, o uso do prefixo “anarco” pela teoria “libertária” se apresenta de forma duplamente oportunista; aproveita-se da tradição e trajetória anarquista para viabilizar um capitalismo aparentemente sem Estado; e como “frase de efeito”, utilizada para convencer sujeitos que anseiam mudanças – particularmente jovens – a aceitarem velhas teorias conservadoras e “a favor da ordem”, disfarçadas sob a roupagem de “revolucionária”, “radical” e “contra o *establishment*”.

Diante disto, o “anarco”capitalismo se configura como um pretense modelo de sociedade “sem Estado”. Por não romper com as relações autoritárias resultantes do modo de produção capitalista, o mesmo não encerra a existência do Estado, atuando apenas sob a superfície do mesmo (o chamado “Estado visível”) (OSORIO, 2014, p. 36).

Referências bibliográficas



- CARONE, Edgard. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DE SOTO, Jesús Huerta de. **Liberalismo clássico versus anarcocapitalismo**. 2010. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=482> Acesso em: 14 jan. 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOPPE, Hans-Hermann. **A fraude chamada “estado”**. 2010. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=151>. Acesso em: 20 abr. 2016
- KINSELLA, Stephan. **O que significa ser um anarcocapitalista?** 2009. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=215>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- MCKAY, Iain. **An Anarchist FAQ. [Um FAQ anarquista]** Vol. 1. Oakland: AK Press, 2008. Disponível em: <https://libcom.org/files/Iain%20McKay%20-%20Anarchist%20FAQ.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- ROTHBARD, Murray. **Os libertários são anarquistas?** 2008. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=69>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- TUCKER, Benjamin R. **State socialism and anarchism [Socialismo de estado e anarquismo]**. Londres: Fifeled, 1911.